

Assistência do enfermeiro à criança autista na atenção básica

Nurse's assistance to autistic children in basic care

DOI:10.34119/bjhrv4n3-198

Recebimento dos originais: 05/05/2021

Aceitação para publicação: 01/06/2021

Rosilda Azevedo Martins

Graduanda de Enfermagem pelo Instituto Taubaté de Ensino Superior- ITES

Instituição: Instituto Taubaté de Ensino Superior- ITES

Endereço: Av. Dom Pedro I, N° 3575 - Jardim Eulália, Taubaté - SP, 12090-000

E-mail: rosildamartins301990@gmail.com

Rosana Maria Faria Vador

Mestre em Engenharia Biomédica, pela Universidade Camilo Castelo Branco
(UNICASTELO)

Instituição: Instituto Taubaté de Ensino Superior – ITES

Endereço: Av. Dom Pedro I, N° 3575 , Jardim Eulalia Taubate São Paulo, CEP:12090-000

E-mail: rosanavador@gmail.com

Fabiola Vieira Cunha

Doutora em Enfermagem pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Instituição: Instituto Taubaté de Ensino Superior – ITES

Endereço: AV. Dom Pedro I, N° 3575 Jardim Eulália, Taubaté São Paulo, CEP: 12090-000

E-mail: fabiolavcunha1972@gmail.com

Fatima Aparecida Ferreira Barbosa

Especialista em Gerontologia e família (UNIVAP)

Instituição: Instituto Taubaté de Ensino Superior – ITES

Endereço: Av. Dom Pedro I, N° 3575 Jardim Eulália, Taubaté- São Paulo, CEP:12090-000

E-mail: fatima.barbosa@gmail.com

RESUMO

Introdução: A enfermagem como profissão interativa, pode contribuir para o movimento de humanização da atenção hospitalar, incentivar o trabalho interdisciplinar, desenvolver o espírito crítico na abordagem do fenômeno do cuidado. **Objetivo:** O objetivo primordial consiste em evidenciar a atuação do Enfermeiro frente aos cuidados com a criança autista. **Método:** Para tanto, trata-se de uma revisão bibliográfica caracterizada pelo estudo qualitativo, caracterizado como descritivo, com delineamento do tipo revisão de literatura, sendo realizada na base de dados: LILACS, BDENF, Medline. No entanto, cabe destacar que o critério de inclusão implica na utilização de estudos publicados no período de 2015 a 2020, cabe destacar, que foi utilizado um periódico do Ministério da Saúde publicado no ano de 2013, por tratar especificamente da temática em epígrafe. **Resultados:** Os resultados compreenderam a seleção de 20 estudos, sendo 19 artigos, 01 tese e 01 manual do Ministério da Saúde, dentre os quais se observa que 30% dos estudos

foram publicados em 2016, por conseguinte, 25% dos artigos ocorreram em 2019, e, 15% em 2020. Conclusão: Observou-se que a pesquisa demonstrou a fragilidade de Sistema Único de Saúde (SUS) no atendimento as pessoas com Transtorno do Espectro Autista externando maiores conhecimentos no que se refere a assistência de enfermagem a criança autista na Atenção Básica, visando contribuir para o seu desenvolvimento integral, tornando efetivo o cuidado de acordo com as políticas públicas regulamentares.

Palavras-Chave: Autismo. Enfermagem. Atenção Básica.

ABSTRACT

Introduction: Nursing as an interactive profession, can contribute to the movement for the humanization of hospital care, encourage interdisciplinary work, develop a critical spirit in addressing the phenomenon of care. **Objective:** The primary objective is to identify where the difficulties of the Professional Nurse are in the care of Autistic Children in Primary Care. **Method:** For this purpose, it is a bibliographic review characterized by a qualitative study, characterized as descriptive, with a literature review design, being carried out in the database: LILACS, BDENF, Medline. However, it should be noted that the inclusion criterion implies the use of studies published in the period from 2015 to 2020, it should be noted that a Ministry of Health journal published in 2013 was used, as it deals specifically with the subject in question. **Results:** The results comprised the selection of 20 studies, 19 articles, 01 thesis and 01 Ministry of Health manual, among which it is observed that 30% of the studies were published in 2016, therefore, 25% of the articles occurred in 2019, and, 15% in 2020. **Conclusion:** It was observed that the research demonstrated the fragility of the Unified Health System (SUS) in the care of people with Autism Spectrum Disorder expressing greater knowledge regarding nursing care for autistic children in Primary Care, aiming to contribute to its integral development, making care effective in accordance with public regulatory policies.

Keywords: Autism. Nursing. Basic Attention.

1 INTRODUÇÃO

A enfermagem como profissão interativa, pode contribuir para o movimento de humanização da atenção hospitalar, incentivar o trabalho interdisciplinar, desenvolver o espírito crítico na abordagem do fenômeno saúde-doença. Além de executar técnicas e procedimentos, inclui assessoramento às famílias em suas dúvidas, apoio às suas iniciativas e, constante, estímulo às suas práticas de cuidado a partir da visão interdisciplinar.

No âmbito da pediatria, a humanização da saúde merece uma atenção especial, pois o momento de internação de uma criança exige cautela por parte da equipe profissional, uma vez que as referências do seu contexto de vida são alteradas. Deve-se assegurar que alívio da dor e do sofrimento infantil com todos os recursos tecnológicos, psicológicos e lúdicos disponíveis no momento de seu atendimento, preservar sua

privacidade, como também ofertar condições e ambientes que facilitem o restabelecimento, a manutenção e a melhoria da assistência a sua saúde.

Desta forma, todas as ações voltadas ao cuidado relacionadas a humanização no setor pediátrico, devem envolver não somente ao paciente infantil, mas estender-se a todos os familiares, que demonstram a angústia e medo causado pela possibilidade de perda de criança, em virtude da afecção que poderá resultar em óbito.

Portanto, a humanização contempla o cuidado de forma ampla e complexa, contudo, quando se trata do paciente infantil, observa-se resistência e maior dificuldade por parte dos familiares adultos que demonstram constante insegurança em relação ao tratamento e a assistência de enfermagem.

No entanto, o resultado desse trabalho de humanização deverá tornar-se um esforço de toda a equipe que atua na pediatria, alicerçada em políticas públicas voltadas a saúde que asseguram a qualidade na assistência à criança, sendo necessário a atenção e gestores de instituições públicas para o cenário que consolida o cuidado na sua forma mais ampla.

Ressalta-se que o cuidado familiar difere do cuidado de enfermagem por condições precípuas como: a família prioriza o emocional e afetivo no cuidado, contudo, os profissionais enfatizam o cuidado subsidiado em conhecimentos técnico-científicos para a recuperação da saúde.

2 CARACTERÍSTICAS DA CRIANÇA AUTISTA

Cabe salientar que o Transtorno do Espectro Autista (TEA), embora caracterizada como doença, se demonstra equivocado o conceito tendo em vista, que a própria denominação contempla sua designação, ou seja, transtorno. Para tanto, o TEA dentro da Atenção Básica está voltado a assistência dentro do contexto da saúde mental (Mapelli et al., 2018).

Desta forma, o TEA se apresenta como uma dificuldade constante na comunicação social, assim como, na interação, os autistas costumam se isolar e criar seu próprio espaço e mundo, se restringindo da convivência social, destacando uma barreira para o mundo (Pinto et al., 2016).

O Brasil propõe estratégias com novos modelos de saúde mental, onde o principal motivo é a reestruturação da assistência, que caracteriza pacientes internados por muito tempo indeterminado ou períodos longos e a criação de serviços substitutivos que possa lidar com o sofrimento mental, onde o tratamento pode ser atendido pelo CAPS (Centro

de Atenção Psicossocial). O CAPS junto com o enfermeiro tem como objetivo integrar a equipe interdisciplinar, que torna essencial a implementação da Reforma Psiquiátrica, onde o papel é inovar na prática de enfermagem em campo da saúde mental. A mudança deste modelo assistencial tem a preocupação garantir uma assistência assistencial e eficaz, que promove desta forma a saúde e sem perder a dignidade dos indivíduos portadores de doenças mentais (Silva; Furtado, 2018).

O CAPS trata da saúde mental juntamente com os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), Centros de Convivências, Ambulatórios de Saúde Mental e Hospitais Psiquiátricos e Gerais. Os cuidados de rede definiram como base comunitária e diversos serviços substitutivos do hospital psiquiátrico para outras instituições, associações, cooperativas e espaços urbanos (Araújo et al., 2019).

Devido às novas realizações de trabalho no campo da saúde mental, o enfermeiro traz características para desenvolver junto aos doentes, tratamento, princípios e conhecimentos e reconhecimento para o outro ser humano ou até mesmo familiar e comunidade (Mapelli et al., 2016).

2.1 ESPECIFICIDADES NA ASSISTÊNCIA À CRIANÇA

A assistência de enfermagem à criança denota especificidades uma vez que o profissional de enfermagem necessita estabelecer uma parceria com os pais da criança, para que juntos possam realizar o cuidado pleiteado. Em contraposição, cabe salientar que os pais, mediante o acompanhamento dos filhos denotam compartilham a responsabilidade da assistência (Oliveira et al., 2017).

Portanto, a assistência à criança imprimir em atender às necessidades da criança enquanto parte do contexto familiar, uma vez que quando a criança é internada, simultaneamente a família também fica hospitalizada, uma vez que, os pais não se distanciam do local, tão pouco da assistência (Franzoi et al., 2016).

Desta forma, o referido autor não consegue visualizar a assistência a criança sem denotar o cuidado humanizado, uma vez que, cuidar da criança requer paciência e dedicação, muitas vezes quando se faz necessário o uso de medicamentos injetáveis pelo qual a maioria das crianças apresenta medo (Oliveira et al., 2017).

A criança possui o comportamento espontâneo, falam o que pensam, portanto, podem se negar ao tratamento prescrito, assim como, o ambiente hostil do hospital que impossibilita a ação do brincar torna a criança mais irritada, demonstrando ansiedade.

Neste contexto, as formas de cuidar refletem as habilidades do profissional de enfermagem para trabalhar com esse público-alvo específico (Franzoi et al., 2016).

Portanto, as formas de comunicar com a criança demonstra-se de forma ímpar, tendo em vista, que a criança se comunica pela fala, pelos gestos, pelas brincadeiras, denotando especificidades que somente está relacionada à enfermagem pediátrica, sendo assim, para atuar nessa área, o profissional deverá ser preparado com a finalidade de compreender o mundo infantil (Franzoi et al., 2016).

Nesse contexto, observa-se que os profissionais de enfermagem subdividem a comunicação sob duas vertentes, dentre as quais: elementos que influenciam na comunicação e estratégias utilizadas para se comunicar com a criança (Oliveira et al., 2017). Os elementos que influenciam na comunicação são: dinâmica do serviço, característica da criança, tecnologia utilizada pela criança, comportamento da criança e família. Por conseguinte, as estratégias de comunicação contemplam 05 ações, dentre as quais: confiança dos acompanhantes, estar atentos, acompanhantes como interlocutores e relação entre os profissionais e serviços (Franzoi et al., 2016).

2.2 ATENÇÃO BÁSICA VOLTADA A CRIANÇA

Com a comunicação e o planejamento dentro de uma equipe de saúde juntamente com a educação é fator primordial para que as ações do Programa que analisa assim formas de atender as necessidades da comunidade. É necessário que se observa esse planejamento de forma especial onde as definições sejam relacionadas às ações (Silva, 2016).

Em um cenário familiar, classificamos que os hábitos de higiene e saúde são concebidos cultural e socialmente, mas muitas vezes isso não acontece, pois é necessário educar tanto os familiares como as crianças e adolescentes. É fundamental que todos se integram para melhor comunicação, os profissionais da área como indivíduos e comunidades têm que estar na mesma direção, pois assim com trocas de informações e aprendizados chegaram a desenvolver um bom desempenho (Franzoi et al., 2016).

Segundo o PSF, tem a proposta de dar a valorização a atenção básica que resolutiva como intuito de cumprir metas a princípio do SUS, onde se percebe bons resultados. As características associadas a Atenção Básica de saúde se apresentam na seguinte conformidade:

- A população terá um melhor atendimento;
- A continuidade aos cuidados através do vínculo de utilização ao serviço regular;

- Integridade nos problemas de saúde da comunidade e sua integração aos níveis secundários e terciários;
- Coordenação e integridade a serviços que envolvem familiares dando assim orientação e formação;

Este programa de saúde da família resulta em dezesseis (16) profissionais de saúde das Equipes de Saúde da Família que atuam no programa em parceria com as escolas participantes, sendo cinco (5) enfermeiros, dois (2) médicos, um (1) dentista, cinco (5) Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e três 3 técnicos de enfermagem. Existem hoje 43 escolas que participam do programa sendo que 32 Equipes de saúde da família, que estão divididas por distritos e a pactuação foi baseada no preconizado pelo Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC) que atendem média mínima de 1.000 alunos por ESF (Silva; Furtado, 2018).

Estas ações estão voltadas para a higiene, antes de tudo e necessário valorizar a adoção de hábitos saudáveis, com conhecimento do próprio corpo e com responsabilidade sobre a sua saúde. O Sistema Único de Saúde (SUS), classifica a Saúde da Família como um processo essencial na organização da atenção básica. Onde a Estratégia Saúde da Família (ESF) é visto como uma forma de investimento em ações coletivas e práticas da saúde (Silva, 2016).

2.3 HUMANIZAÇÃO NO CUIDADO A CRIANÇA AUTISTA

O paciente pediátrico, de acordo com Silva (2016) demonstra-se de forma bem diferente quando comparado ao paciente adulto, visto que, o ambiente diferenciado no qual se está sendo inserido, neste caso, na Instituição Hospitalar desencadeia na criança a insegurança, mediante a comparação pelo contexto vivenciado no seu cotidiano.

Portanto, a humanização durante a internação da criança propicia um olhar diferenciado sobre as formas de vivenciar a situação, tendo em vista que alguns procedimentos podem caracterizar-se como invasivos e dolorosos que dependendo da faixa etária da criança, observa-se o desentendimento dos motivos daquela situação (Araújo et al., 2019).

Sendo assim, o cuidado humanizado está estritamente relacionado com o respeito a condição humana, e, principalmente na valorização da vida, tendo em vista, que a internação de uma criança se origina pelo estado de afecção grave que denota cuidados especializados dentro da instituição hospitalar (Silva; Furtado, 2018).

Neste contexto, o autor supracitado enfatiza que a comunicação esta intrínseca no processo de humanização, tendo em vista que o diálogo estreita as relações entre o paciente e o profissional de enfermagem, e, no caso da criança com o acompanhante também, expondo todos os procedimentos que serão realizados e suas motivações para realização (Oliveira et al., 2017).

Silva (2016), neste sentido, aponta que a humanização se caracteriza como um processo amplo e complexo, em que estão intrínsecos os valores do profissional, bem como, dos pacientes, sob aspectos diversos que contemplam a vida do indivíduo, como social, cultural, religioso e emocional. Portanto, humanizar a assistência de enfermagem contempla em demonstrar a habilidade necessária para lidar com diversos tipos de pessoas e propiciar um atendimento que atenda às suas expectativas e necessidades.

Portanto, cabe ressaltar que o profissional de enfermagem que atua na pediatria, necessita de habilidades específicas para atender ao paciente infantil e seu responsável, para tanto, esse requisito não contempla a grade curricular do Curso de Enfermagem, envolve principalmente fatores psicológicos e emocionais que favorecem o desenvolvimento de suas ações com eficácia, denotando acolhimento e compreensão pelo momento vivenciado pela família (Pinto et al., 2016).

3 DISCUSSÃO

De acordo com o Mohammadi et al. (2019) a assistência de enfermagem voltada a crianças autistas demonstra relevante importância, uma vez que, se observa que os pais de crianças portadoras do referido distúrbio possuem maiores dificuldades no cuidado, devido as situações que envolvem os aspectos mentais, sociais e físicas, se apresentando, dessa forma, estressados.

Neste contexto, Mapelli et al. (2018) denota que, ainda assim, a mãe se caracteriza como principal responsável pelo cuidado, enquanto geralmente o pai, se mantém de forma mais distanciada, contudo, se faz necessário orientar para o cuidado, tendo em vista que a tríade estímulo-atenção-cuidado, favorece a assistência. No entanto, cabe destacar que a compreensão para acolher e orientar para o cuidado visa capacitação e qualificação do profissional de enfermagem, que a priori, necessita ter maiores conhecimentos sobre o TEA.

Desta forma, Pinto et al. (2016) salienta o enfrentamento da família mediante o diagnóstico do TEA, apontando questões ímpares, visando possibilitar um olhar mais atento, sobre as formas de desenvolver habilidades na criança para a autonomia do

cuidado, observando, que a mãe apresenta uma sobrecarga de responsabilidades quando o tema se volta ao cuidar, ratificando a afirmação do autor supracitado. E ainda, outro fator citado por Pinto et al. (2016) visa destacar a importância de se pensar em estratégias e intervenções de enfermagem, para atender à especificidade do cuidado.

Ebert et al. (2016, p.54) afirma que uma das premissas para a assistência de crianças com TEA na Atenção Básica compreende que o profissional de enfermagem seja “capacitado para o atendimento de crianças com autismo e seus familiares, durante a consulta de enfermagem e na educação permanente da equipe”. O referido autor acentua que somente com o conhecimento sobre o distúrbio se torna capaz de identificar estratégias para o cuidado.

Dentre as estratégias citadas para a assistência, a musicalização implica numa forma de comunicação com as crianças portadoras de TEA, uma vez que, favorece a compreensão, oportunizando a linguagem, comportamentos novos e a interação com as pessoas do seu entorno, se caracterizando como uma ferramenta efetiva (Franzoi et al., 2016; Fernandes et al., 2020).

Por conseguinte, Ferreira et al. (2016) apontam que a oxigenoterapia hiperbárica, poderá minimizar os sintomas apresentados por portadores de TEA, sendo necessário uma anamnese e diagnóstico para identificar crianças sintomáticas, podendo ser indicada como terapia complementar com a finalidade de reverter objetivando a melhoria da qualidade de vida.

No entanto, cabe salientar que, a assistência ao paciente autista possui especificidades que denotam expertise por parte dos profissionais que realizam o cuidado, sendo uma disparidade entre o burocrático e a efetividade do que se oferece na Atenção Básica. Portanto, a assistência não reflete diretamente às políticas públicas (Oliveira et al., 2017).

Cunha et al. (2019), salienta que a assistência de enfermagem mediante o comportamento das pessoas com TEA, tendo como referência o North American Nursing Diagnosis Association - NANDA, torna possível definir os diagnósticos de enfermagem, as intervenções e os objetivos compreendendo a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE). No entanto, a ausência de conhecimento técnico por parte dos enfermeiros dificulta a realização do cuidado com a eficácia necessária.

Tal fato se reflete no apontamento de Silva e Furtado (2019, p. 127), ao citar que “ampliar as possibilidades de inserção do autista no laço social, produzir autonomia, levar

em consideração a singularidade e garantir direitos é uma questão complexa e que se faz necessária na Rede SUS”.

Sendo assim, parte-se da premissa de uma atenção voltada ao autista, que se distancia da realidade, denotando uma lacuna no seu desenvolvimento para desencadeamento da autonomia. Nascimento et al. (2017), mediante o tratamento ofertado pelo SUS se denota as fragilidades do sistema visto as diferenças evidenciadas pelo comportamento alterado.

Neste contexto, Araújo et al. (2019) relata que os indivíduos acometidos pelo TEA possuem direitos iguais aos que possuem outras deficiências que são comumente denominados de portadores de necessidades especiais, contudo, os princípios de igualdade, equidade e urbanidade dispostos em regulamentações legais não são cumpridos, visto que a assistência a qualquer paciente com um quadro de deficiência deverá ser atendido por uma equipe multidisciplinar.

Sendo assim, parte-se da premissa de uma atenção voltada ao autista, que se distancia da realidade, denotando uma lacuna no seu desenvolvimento para desencadeamento da autonomia. Nascimento et al. (2017) e Sudré et al. (2017) mediante o tratamento ofertado pelo SUS se denota as fragilidades do sistema visto as diferenças evidenciadas pelo comportamento alterado.

Neste contexto, Silva (2016, p. 102) ilustra a amplitude da assistência a pessoa autista na Atenção Básica, conforme figura 01.

Figura 1 – Rede de Assistência à Atenção Básica a pessoa Autista



Fonte: Brasil apud Silva (2016, p. 102).

Sendo assim, parte-se da premissa de uma atenção voltada ao autista, que se distancia da realidade, denotando uma lacuna no seu desenvolvimento para desencadeamento da autonomia. Nascimento et al. (2017), mediante o tratamento ofertado pelo SUS se denota as fragilidades do sistema visto as diferenças evidenciadas pelo comportamento alterado.

Neste contexto, Araújo et al. (2019) relata que os indivíduos acometidos pelo TEA possuem direitos iguais aos que possuem outras deficiências que são comumente denominados de portadores de necessidades especiais, contudo, os princípios de igualdade, equidade e urbanidade dispostos em regulamentações legais não são cumpridos, visto que a assistência a qualquer paciente com um quadro de deficiência deverá ser atendido por uma equipe multidisciplinar.

Mediante o exposto, Nogueira et al. (2018) ratifica a afirmação supracitada ao denotar a dificuldade dos pais de assegurar a assistência da pessoa autista na Atenção Básica, visto a ausência de estratégias e intervenções pontuais sobre as situações cotidianas que implicam no cuidado.

Neste contexto, Melo et al. (2016, p.05) já apontava as dificuldades citadas e denotava a importância do cuidado integral, enfatizando que “enfermeiro tem a missão de acompanhar e auxiliar famílias com algum membro autista, dando assistência, encorajando-os, transmitindo-lhes tranquilidade, focando no bem-estar do portador, esclarecendo dúvidas”.

Magalhães et al. (2020) salientam que o cuidado para o portador de TEA implicam na assistência integral, visando a humanização e acolhimento, em que os pais, bem como, os cuidadores devem ser inseridos dentro do contexto do cuidado, evidenciado pela empatia aos envolvidos. Portanto, recursos diferenciados devem ser utilizados para envolver os pacientes com TEA para favorecer o tratamento na Atenção Básica.

Ribas e Alves (2020) citam que os profissionais de enfermagem necessitam de maior paciência e habilidades para a assistência ao autista, uma vez que se observa que os pais e/ou cuidadores ficam sobrecarregados, e, adoecidos em virtude da demanda que implica na observância das especificidades do cuidado.

4 CONCLUSÃO

Mediante a pesquisa realizada, cabe salientar que a assistência as pessoas com TEA se demonstra totalmente prejudicada pela ausência de conhecimentos teóricos sobre as especificidades do autismo. Sendo assim, se ressalta a necessidade de um cuidado mais

amplo, que viabiliza desenvolver a autonomia para que a dependência não incorra em sobrecarga aos pais e/ou cuidadores.

Para tanto, somente com o conhecimento devido sobre o autismo os profissionais de enfermagem poderão propor estratégias e intervenções para favorecer a assistência. Todavia, o conhecimento científico também poderá auxiliar mediante a investigação do NANDA, para a proposição de diagnósticos de enfermagem, e, conseqüente intervenção do enfermeiro.

Mediante o exposto, cabe destacar que a pesquisa apresenta consiste em externar maiores conhecimentos no que se refere a assistência de enfermagem a criança autista na Atenção Básica, visando contribuir para o seu desenvolvimento integral, tornando efetivo o cuidado de acordo com as políticas públicas, que se apresenta em disparidade entre o disposto nas legislações e o ofertado as pessoas que são diagnosticadas com TEA.

REFERÊNCIAS

Araújo JMR et al. Breves Considerações Sobre a Atenção à Pessoa com Transtorno do Espectro Autista na Rede Pública de Saúde. *Revista Psicologia e Saúde*, v. 11, n. 1, jan./abr. 2019, p. 89-98. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177093X2019000100007. Acesso 10 nov. 2020.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde mental. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013.

Cunha MCG. et al. Sistematização da Assistência de Enfermagem a criança autista na unidade hospitalar. *Revista Interdisciplinar do Pensamento Científico*, nº 4, vol. 5, artigo nº 25, julho/dezembro 2019. Disponível em: <http://www.reinpec.org/reinpec/index.php/reinpec/article/download/328/285/>. Acesso 09 nov. 2020.

Ebert M et al. Mães de crianças com transtorno autístico: percepções e trajetórias. *Rev Gaúcha Enferm.* 2015 mar;36(1):49-55. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S198314472015000100049&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso 06 nov. 2020.

Fernandes ADSA. et al. Desafios cotidianos e possibilidades de cuidado às crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) frente à COVID-19. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional/Brazilian Journal of Occupational Therapy*, Preprint, 2020, p. 01-17. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/pps-955>. Acesso 09 nov. 2020.

Ferreira ACSS; Franzoi MAH. Conhecimento de estudantes de enfermagem sobre os transtornos autísticos. *Rev Enferm UFPE on line.*, Recife, 13(1):51-60, jan., 2019. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1006011>. Acesso 08 nov. 2020.

Ferreira L et al. A oxigenoterapia hiperbárica como terapia complementar no tratamento do transtorno do espectro do autismo. *Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental*, nº 15, jun., 2016, p.38-44. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1647-21602016000100006. Acesso 10 nov. 2020.

Franzoi MAH et al. Intervenção musical como estratégia de cuidado de enfermagem a crianças com transtorno do espectro do autismo em um Centro de Atenção Psicossocial. *Texto Contexto Enferm*, 2016; 25(1):e1020015, p. 01-08. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010407072016000100701&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso 07 nov. 2020.

Magalhães JM et al. Assistência de enfermagem à criança autista: revisão integrativa. *Enfermería Global*, nº 57, janeiro/2020, p. 541-550. Disponível em: http://scielo.isciii.es/pdf/eg/v19n58/pt_1695-6141-eg-19-58-531.pdf. Acesso 06 nov. 2020.

Mapelli LD et al. Criança com transtorno do espectro autista: cuidado na perspectiva familiar. *Esc Anna Nery* 2018;22(4):e20180116, p. 01-09. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141481452018000400232&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso 08 nov. 2020.

Melo CA. et al. Identificação do papel do enfermeiro na assistência de Enfermagem ao autismo. *Mostra Interdisciplinar do curso de Enfermagem*, vol. 02, nº 2, dez. 2016, p. 01-07. Disponível em: <http://publicacoesacademicas.unicatolicaquixada.edu.br/index.php/mice/article/view/1154>. Acesso 09 nov. 2020.

Mohammadi, F et al. Competência parental de pais de crianças com transtorno do espectro autista: uma revisão sistemática. *Invest. Educ. Enferm.* 2019; 37(3):e03. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0120-53072019000300003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso 11 nov. 2020.

Nascimento MA; Pereira M; Garcia SCM. Autismo infantil: acolhimento e tratamento pelo sistema único de saúde. *Revista Valore, Volta Redonda*, 1 (2): 155-167., junho/2017, p. 156-167. Disponível em: <https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/35>. Acesso 08 nov. 2020.

Nogueira RN. et al. Visita domiciliar a um portador de transtorno do espectro autista via integração ensino-serviço-comunidade na atenção primária a saúde: estudo de caso. *Rev. Saúde.Com* 2018; 14(2): 1179-1185. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/rsc/citationstylelanguage/get/acsnano?submissionId=4120&publicationId=2365>. Acesso 09 nov. 2020.

Oliveira BDC et al. Políticas para o autismo no Brasil: entre a atenção psicossocial e a reabilitação. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 27 [3]: 2017, p.707-726. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-733120170003000707&lng=pt&nrm=iso. Acesso 09 nov. 2020.

Pinto RNM et al. Autismo infantil: impacto do diagnóstico e repercussões nas relações familiares. *Rev Gaúcha Enferm.* 2016 set;37(3):e61572, p. 01-09. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rgenf/v37n3/0102-6933-rgenf-1983-144720160361572.pdf>. Acesso 09 nov. 2020.

Ribas LB; Alves, M. O Cuidado de Enfermagem a criança com transtorno do espectro autista: um desafio no cotidiano. *Revista Pró-univerSUS*, jan./jun. 2020; 11 (1): 74-79. Disponível em: <http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RPU/article/view/2107>. Acesso 10 nov. 2020.

Silva LS. Transtornos do espectro do autismo, estratégia saúde da família e tecnologias de cuidado na rede SUS. (Tese) Departamento de Medicina da Universidade Federal do Ceará- Campus Sobral- CE Sobral: 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/19884>. Acesso 11 nov. 2020.

Silva LS; Furtado LAR. O sujeito autista na Rede SUS: (im) possibilidade de cuidado. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 31, n. 2, maio-ago. 2019, p. 119-129. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S198402922019000200119&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso 08 nov. 2020.

Sudré SCR, et al. Assistência de enfermagem a crianças com Transtorno Global do Desenvolvimento(TGD): autismo. Arq Med Hosp Fac Cienc Med Santa Casa São Paulo. 2017; 56(2): p. 102-6. Disponível em: <http://arquivosmedicos.fcmsantacasasp.edu.br/index.php/AMSCSP/article/view/319>. Acesso 11 nov. 2020.